





*Carroll*

LUIZ BERNARDO PERICÁS

CAIO PRADO JÚNIOR  
uma biografia política



Copyright © Boitempo Editorial, 2016  
Copyright © Luiz Bernardo Pericás, 2016

*Direção editorial*

Ivana Jinkings

*Edição*

Bibiana Leme

*Coordenação de produção*

Livia Campos

*Assistência editorial*

Thaís Burani

*Preparação*

Mariana Echalar

*Revisão*

Luzia Santos e Fernanda Guerriero

*Diagramação e capa*

Antonio Kehl

(*layout* de capa sobre projeto original de Studio DelRey; na primeira capa, foto de Caio Prado Júnior em 11 jun. 1978, cedida pelo acervo do IEB-USP; nas guardas e na quarta capa, gravuras em metal de autoria de Carlos Prado, publicadas no livro *A cidade moderna*, de 1958)

*Equipe de apoio:* Allan Jones / Ana Yumi Kajiki / Artur Renzo / Eduardo Marques / Elaine Ramos / Giselle Porto / Isabella Marcatti / Ivam Oliveira / Kim Doria / Leonardo Fabri / Marlene Baptista / Maurício Barbosa / Renato Soares / Thaís Barros / Tulio Candioto

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

P519c

Pericás, Luiz Bernardo

Caio Prado Júnior : uma biografia política / Luiz Bernardo Pericás.

- 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2016.  
il.

Inclui índice

ISBN 978-85-7559-448-3

1. Prado Júnior, Caio, 1907-1990. 2. Políticos - Brasil - biografia.  
3. Brasil - Política e governo. I. Título.

16-29952

CDD: 923.2

CDU: 929:32

Este livro contou com o apoio da Fapesp. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da Fundação.

É vedada a reprodução de qualquer parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

1ª edição: março de 2016

BOITEMPO EDITORIAL

Jinkings Editores Associados Ltda.

Rua Pereira Leite, 373

CEP: 05442-000 São Paulo-SP

Tel./fax: (11) 3875-7250 / 3872-6869

editor@boitempoeditorial.com.br

www.boitempoeditorial.com.br | www.boitempoeditorial.wordpress.com

www.facebook.com/boitempo | www.twitter.com/editoraboitempo

www.youtube.com/user/imprensaboitempo

# SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	7
INTRODUÇÃO .....	11
1. O INGRESSO NO PCB.....	29
2. LEITORES (E LEITURAS) MARXISTAS DE CAIO PRADO JÚNIOR.....	49
3. PRIMEIRA VIAGEM AO MUNDO DO SOCIALISMO .....	81
4. OS ANOS DE FOGO: DA ANL AO CÁRCERE .....	97
5. NOVAS TRINCHEIRAS DE LUTA.....	113
6. A BATALHA DAS IDEIAS.....	143
7. DE VOLTA AO MUNDO DO SOCIALISMO .....	169
8. DO GOLPE DE 1964 AOS DEBATES SOBRE A REVOLUÇÃO BRASILEIRA ...	199
9. A HORA DAS FORNALHAS.....	217
10. REFORMA, REVOLUÇÃO E SOCIALISMO.....	225
11. O HOMEM QUE INVENTOU ESSE TAL DE MARXISMO NO BRASIL.....	239
12. ÚLTIMOS ANOS.....	257
CONCLUSÃO .....	277
NOTAS .....	289
CRONOLOGIA .....	409
ÍNDICE ONOMÁSTICO.....	413
BIBLIOGRAFIA .....	431
CRÉDITOS DAS IMAGENS .....	479
SIGLAS .....	481
SOBRE O AUTOR .....	485

## 6

### A BATALHA DAS IDEIAS

A década de 1950 foi um período em que Caio Prado Júnior deixou de focar sobretudo os estudos históricos para se dedicar cada vez mais à filosofia (recoremos aqui seus livros *Dialética do conhecimento*, de 1952, e *Notas introdutórias à lógica dialética*, de 1959), à economia e economia política (ver *Diretrizes para uma política econômica brasileira*, de 1954, *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*, de 1957, e o artigo “A economia marxista”, de 1959), aos textos de intervenção conjuntural e à questão agrária. Foi quando criou a Gráfica Urupês e a *Revista Brasiliense*. Naquele decênio, não publicou nenhum livro inédito de história, ainda que lançasse uma nova edição de sua primeira obra, em 1953 (com título modificado de *Evolução política do Brasil e outros estudos*), e reimpressões de *História econômica do Brasil* e de *Formação do Brasil contemporâneo*.

Mas a militância em prol das causas progressistas continuou. Assim como a perseguição policial. Afinal, já em 18 de janeiro de 1950 foi indiciado no inquérito instaurado pela Delegacia de Ordem Social contra o Comitê Paulista de Convocação do Congresso Continental Americano pela Paz e Democracia<sup>1</sup>. E em fevereiro tornou-se membro da nova diretoria da Liga de Defesa da Constituição<sup>2</sup>.

Além disso, em 6 de março, vários comunistas (entre os quais Wilson Gurgel do Amaral, Elias Chaves Neto, Rondon Goulart, Ana de Andrade e Trindade Garcia) foram presos pela polícia paulista. Por causa desse fato, três dias depois, Caíto visitou a Assembleia Legislativa, acompanhado de Álvaro de Faria, Catullo Branco e um grupo de trinta militantes (a maioria, membros da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo), para discutir com políticos da UDN e do PTB a situação em que se encontravam os camaradas encarcerados. Conversaram demoradamente com os deputados Porfírio da Paz, Cunha Lima e Castro Neves, que leu uma moção de protesto contra a ação policial. No dia seguinte, o historiador, dessa vez com Gilberto de Andrada e Silva e Catullo Branco, passou

na redação da *Folha da Tarde* para pedir que o jornal divulgasse o que estava ocorrendo com os detidos (segundo ele, mais de cem homens e mulheres, inclusive uma menor de idade). Sentiam-se indignados com a atitude do corregedor de polícia, Soares de Melo, que prejudicava os *habeas corpus*, informando que todos haviam sido liberados. Na realidade, não dizia a verdade. Os meganhas, na prática, largaram muitos dos “grampeados” à beira de ferrovias ou em bairros longínquos. Elias Chaves Neto, por exemplo, foi abandonado junto da Sorocabana, perto de Paraguaçu, “maltrapilho e sem dinheiro”. Caíto e os colegas pediram que os periodistas registrassem seu protesto contra as arbitrariedades policiais<sup>3</sup>.

Poucos meses mais tarde, as pejejas foram na ABDE. Segundo a polícia política, uma “manobra comunista” da seção central da entidade, no Rio de Janeiro, presidida por Álvaro Moreyra, tentou intervir na homóloga paulista, exigindo que se passasse sua direção para José Geraldo Vieira, Caio Prado Júnior e Rossine Camargo Guarnieri. Como a deliberação foi repudiada, os cariocas decidiram desligar a seção de São Paulo do organismo central, estimulando os “vermelhos” a utilizar uma tática diversionária para reorganizar a associação, o que ocorreria na sede do Sindicato dos Jornalistas. A nova diretoria eleita seria composta por Galeão Coutinho (presidente), Afonso Schmidt (vice-presidente), Rossine Camargo Guarnieri (secretário-geral), Ciro Tassara de Pádua (primeiro-secretário), Abgvar Bastos (segundo-secretário), Antonieta Dias de Moraes Silva (tesoureira) e Caio Prado Júnior (juntamente com outros quatro colegas) no Conselho Fiscal da entidade, além de dez membros da Comissão do Interior<sup>4</sup>. Para o escritor Dênis de Moraes, naquele ano, a ABDE, controlada pelos pecebistas, perdera seu dinamismo e sua representatividade<sup>5</sup>.

O fato é que, desde o início da década, o historiador mantinha atividades de apoio ao PCB, chegando até mesmo a organizar, em 1950, uma festa junina, considerada por um infiltrado da polícia uma celebração “puramente comunista, com finalidade de angariar fundos para o Partido”<sup>6</sup>.

Caio também se reuniu na sede do *Hoje* com outros membros do PCB para elaborar medidas de propaganda e agitação contra a guerra da Coreia<sup>7</sup> e esteve presente como orador num ato público no Clube Pinheiros, organizado pelo Movimento Israelita Paulista contra o Racismo e o Antissemitismo, para prestar solidariedade à colônia judaica e a “personalidades democráticas” brasileiras do Distrito Federal, em sua campanha pela extradição “do assassino nazi” Herberts Cukurs<sup>8</sup>, e aos alunos expulsos da Universidade Católica<sup>9</sup>. A diretoria do clube proibiu o ato, apesar da aglomeração diante de suas portas, e o comício teve de ser realizado do lado de fora. Depois, todos os presentes se dirigiram à redação dos *Diários Associados*, onde David Rosenberg discursou.

O ativismo continuaria, desde a participação em diversas atividades na sede da Cruzada Humanitária pela Proibição das Armas Atômicas, seção de São Paulo, junto com Jorge Amado, até o ato público pela libertação de Elisa Branco.

Naquele período, Caíto, identificado essencialmente como um historiador, foi contatado, em 1950, pela Editorial Losada, da Argentina, que pedia uma “valiosa colaboração” para uma *História americana* que estava preparando. Os editores bonaerenses requisitavam que ele elaborasse três breves capítulos referentes à história do Brasil, do começo do século XIX até a contemporaneidade, para um público geral<sup>10</sup>. No ano seguinte, os alunos do curso pré-normal do Colégio João Gomes de Araújo, de Pindamonhangaba, encarregados pela professora de história da civilização, escolheriam-no como patrono, por ser “uma autoridade para a nossa matéria”<sup>11</sup>. E ele ainda foi incumbido pelo amigo Norberto Frontini de recepcionar o escritor, poeta e crítico de arte espanhol Enrique Azcoaga, que viajava no navio *Yapeyú* para a Argentina, em outubro de 1951. Astrojildo Pereira, Candido Portinari e Graciliano Ramos haviam se comprometido com Frontini a esperar o colega ibérico quando este desembarcasse no Rio de Janeiro. O advogado portenho pedia que CPJ fizesse o mesmo, ou seja, que o procurasse no porto de Santos e, se pudesse, que o apresentasse a Clóvis Graciano<sup>12</sup>. A relação de Frontini com artistas e intelectuais pecebistas sempre foi estreita, especialmente com Caíto, que continuava se empenhando, na medida do possível, em suas atividades políticas. Mas outras áreas (especialmente do conhecimento) começariam a ganhar mais espaço em seu quadro de interesses. A filosofia e a questão agrária estariam entre elas.

A obra filosófica de Caio Prado Júnior teve uma acolhida irregular na época. De um lado, seu *Dialética do conhecimento* recebeu ataques pungentes de parte da crítica na imprensa escrita. Paulo de Castro, na *Tribuna da Imprensa*, considerou o livro apenas uma “compilação” do que os comunistas russos e ocidentais haviam escrito e sugerido sobre o assunto. Em outras palavras, uma deturpação sectária da história da ciência, da epistemologia e da gnoseologia, para dar voz à “doutrina” do materialismo dialético e “fazer passar por método científico o instrumento ideológico de sua luta partidária”. Para ele, as teses fundamentais de Caio Prado Júnior, que escrevia “sempre com paixão partidária”, poderiam ser encontradas nas *Obras filosóficas* e na *Miséria da filosofia*, de Karl Marx, no *Materialismo histórico*, de Bukharin, no *Materialismo y empiriocriticismo* e *CADERNOS SOBRE A DIALÉTICA DE HEGEL*, de Lenin, e em textos de Lukács, Sandor, Lefebvre, Guterman, Gramsci, Max Raphael, Mineur, Laberenne, Wallon, Maublanc, Parain, Prenant, assim como Cuvillier, Charleley e Mathieu. O historiador teria trabalhado essas obras sem muita originalidade, fazendo “apenas repetições, com uma ou outra nota pessoal”. O crítico concluía que aquele não era nada mais que um panfleto produzido para efeito de divulgação de uma linha doutrinária e dinamização da frente ideológica do PC: “o seu fim, a nosso ver, não foi apresentar um trabalho de especulação filosófica e científica, mas fornecer uma arma de combate ao partido stalinista...”<sup>13</sup>.

Um tom ainda mais agressivo foi utilizado por Oswald de Andrade para atacar o livro. O escritor achava que Caio Prado Júnior, “tendo deixado o terreno da Sociologia e da História, investiu contra a Filosofia”, já que, “raivoso de não ter conseguido naqueles setores mais do que uma primária dos princípios básicos de Carlos Marx à nossa existência cronológica, entendeu que era mais fácil enveredar pelo terreno pouco acessível da Epistemologia”. Para Oswald, os “marxistas-leninistas” eram “obtusos e agressivos como os cães danados na defesa idealista de suas convicções. E Caíto aqui no Brasil, segue-os de rabo abanando”. Terminaria sua resenha pouco sofisticada sem nenhuma análise sobre o assunto:

Caíto, que não percebeu isso, por ignorância ou má-fé, publicou agora dois grossos volumes intitulados *Dialética do conhecimento*, onde cita todos os antigos gerais da Matemática como também os modernos pilotos da Logística, numa confusão que em vez de impressionar, dá dó.

Fica-se admirado de ver como uma obra tão alta, tão sutil, tão cara e sobretudo tão besta, conseguiu ser editada no Brasil. Mas tudo se explica. Caíto é editor de si mesmo.<sup>14</sup>

Brito Viana, em artigo em *A Gazeta*, por sua vez, concluiu que “a prática comunista demonstra que os seus teóricos estão em desacordo com a realidade”<sup>15</sup>. E mesmo o amigo Sérgio Buarque de Holanda foi duro com o autor de *Dialética do conhecimento*. Numa resenha em duas partes para o *Diário Carioca*, ainda que mostrasse seu apreço pelos trabalhos de CPJ como historiador, dava a entender que a obra filosófica do colega não tinha a mesma qualidade. O leitor, nesse caso, poderia ter sérios motivos para decepção. Sua linguagem seria, para Sérgio Buarque, “sobranceira e agreste”, e aquele que se indignasse com os chamados “solecismos” faria bem em não abrir o livro. Afinal, o intelectual paulista teria uma atitude polêmica, que simplificaria até a caricatura as teorias adversas para melhor contrariá-las. Além das insuficiências e até de erros de expressão (ou seja, gramaticais), o trabalho denotaria um fervor teórico incapaz de expandir-se num meio em que não encontrasse, de antemão, a mesma “elevada temperatura”. Ou seja, pregava para os convertidos. O autor de *Raízes do Brasil* também identificava em Caio Prado Júnior uma tradição que remontaria a Engels e sua luta contra Dühring e, mais tarde, a Lenin contra os discípulos russos e alemães do empiriocriticismo. Agora seria a vez de Caio voltar-se contra as mesmas filosofias representadas, em sua forma extrema, nas ideias do “circuito de Viena” e do moderno fisicismo<sup>16</sup>. Na segunda parte de seu texto, Sérgio Buarque de Holanda admite, contudo, que o colega revelava uma audácia e uma coerência que muitas vezes faltavam, no mesmo grau, a outros marxistas<sup>17</sup>.

Mas Caio também recebeu elogios. O *Diário de S. Paulo* chegou até mesmo a dizer que aquela era “obra para marcar época entre nós” e que “o aparecimento de *Dialética do conhecimento* vem assinalar o maior acontecimento literário e editorial já registrado no país”<sup>18</sup>. O amigo Pinto Ferreira, por seu lado, comentou que aquele era “o mais profundo livro de filosofia geral já publicado no Brasil”<sup>19</sup>. E Jacob Bazarian, anos mais tarde, indicou a possibilidade de publicar a obra na União Soviética, já que, “não obstante os erros e insuficiências nela contidos [...] é um livro marxista e o melhor que se publicou até agora sobre o assunto por um autor latino-americano”, afinal “atualmente se dá grande importância na URSS aos problemas referentes à lógica dialética. Há uma grande discussão a respeito”<sup>20</sup>.

Não só isso: *Dialética do conhecimento* foi um dos ganhadores do Prêmio Horácio Lafer, do Instituto Brasileiro de Filosofia, em 1952, o primeiro galardão para obras desse tipo instituído no país, patrocinado pelo então ministro da Fazenda e vice-presidente do IBF, que deu seu nome à distinção. Foram inscritos trabalhos já publicados e inéditos. Além de Caio Prado Júnior, participavam, A. L. Machado Neto, com *Sociologia do conhecimento*, Romano Galeffi, com seu *A filosofia de Emmanuel Kant*, Paulo Cretella Sobrinho, apresentando *Interpretação filosófica da delimitação do objeto das ciências*, Euryalo Cannabrava, *Sobre a natureza da filosofia, introdução do método filosófico*, Benedito Mota, *Uma trajetória do idealismo germânico: da dialética hegeliana pela dialética marxista a um ateísmo absoluto*, Nelly de Freitas Garcia, *Ensaio de filosofia*, José Custódio Soares, *Epítome de filosofia*, e Ewald Behrmann, *Será possível uma psicotipologia dedutiva*. No dia 2 de julho, foram escolhidos, de acordo com o Artigo 7 do regulamento, os membros efetivos da comissão julgadora: Miguel Reale (presidente), Candido Motta Filho, Hélio Jaguaribe, Heraldo Barbuy e Paulo Edmur de Souza Queirós, e os suplentes Roland Corbisier e Teófilo Siqueira Cavalcanti. Só seriam avaliadas obras produzidas nos anos de 1951 e 1952. E o prazo para julgamento era o dia 30 de setembro daquele ano<sup>21</sup>.

Caio Prado Júnior saiu vitorioso, recebendo 15 mil cruzeiros de premiação. Mais dois trabalhos foram premiados: o de Euryalo Cannabrava, agraciado com o mesmo montante, e o estudo inédito de Romano Galeffi, com 10 mil cruzeiros. Além deles, foram contemplados com a menção honrosa e mil cruzeiros Paulo Cretella Sobrinho e A. L. Machado Neto. A decisão do júri, aferida por Miguel Reale, Candido Motta Filho, Heraldo Barbuy, Roland Corbisier e Teófilo Cavalcanti Filho, foi deliberada em 21 de dezembro de 1952 e aprovada num parecer da diretoria da instituição, em reunião realizada no dia 25 do mês anterior<sup>22</sup>.

Sentindo-se ofendido com o resultado, Cannabrava contestou a decisão, enviando uma carta à comissão para que explicasse os motivos pelos quais não haviam sido publicadas as “excelências ímpares” de sua obra. Para ele, *Dialética do conhecimento* estava “recheada de erros palmares em matéria científica e somente

poderia ser premiado por julgadores que consideram os mais grosseiros vícios de interpretação no domínio da Matemática e da Física”<sup>23</sup>. Além disso, ainda disse que Miguel Reale havia pedido encarecidamente para que ele se inscrevesse no concurso, caso contrário “seria impossível evitar que o sr. Caio Prado Júnior obtivesse o prêmio com uma obra abaixo da crítica, dada a inferioridade dos outros concorrentes”. Em conversa com o futuro participante, Reale teria até mesmo lido em voz alta trechos inteiros do livro de CPJ em seu escritório de advogado, enquanto dava “gostosas e indiscretas gargalhadas”<sup>24</sup>. O fato é que o historiador paulista venceu o certame, apesar de todos os comentários desfavoráveis.

O livro também teve ressonância entre o grande público, recebendo, no espaço de pouco mais de uma década, quatro edições sucessivas, ainda que, de acordo com Leôncio Basbaum, fosse condenado pelo Comitê Central do PCB, antes mesmo de ter sido lido<sup>25</sup>! E não só pelos comunistas brasileiros. Caíto recebeu algumas cartas do amigo e dirigente do PCA, Benito Marianetti, dizendo que o trabalho fora mal acolhido pelos camaradas argentinos, já que algumas de suas apreciações, do ponto de vista partidário, seriam “inadmissíveis”<sup>26</sup>. Mas as ressalvas (rasas, por sinal) somente se referiam à forma como Caio havia retratado Engels e suas ideias, ou seja, por ele ter sugerido que o “segundo violino” havia formulado de maneira “infeliz” sua abordagem sobre a dinâmica das leis da dialética como fatos imanentes ao meio natural. E que isso, em consequência, representava uma “retificação” a Stalin e à própria história do bolchevismo, assim como a toda a literatura “responsável” que havia sido elaborada sobre o tema. Caio Prado Júnior, portanto, deveria ter submetido suas conclusões ao partido. Afinal, um militante não poderia (ainda que fosse uma figura de prestígio) falar por conta própria, em atitude pessoal, e promover uma polêmica nas fileiras comunistas, que deveriam constituir “um férreo bloco, monolítico e sem fissuras”! O colega argentino completava: “do ponto de vista da disciplina partidária, não está bem sua atitude”<sup>27</sup>. Uma crítica dura, mesmo que Caio tivesse dito, logo na primeira página do tomo I, que a *História do Partido Comunista (bolchevique)*, a edição oficial do PCUS, publicada em 1938, seria “a fonte sem dúvida mais atual e autorizada na matéria, ao expor os princípios da Dialética, a opõe expressamente à Metafísica, como um modo ou método diferente e próprio de encarar a Natureza e o Universo em geral e suas feições”<sup>28</sup>!

É claro que o intelectual paulista não mudou o texto e se manteve firme em sua defesa ao longo dos anos. Nele, assim como em *Formação do Brasil contemporâneo*, preocupou-se em discutir o *sentido* de seu objeto de estudo, fosse no processo histórico brasileiro, fosse em sua conceituação do termo e suas implicações dialéticas dentro da filosofia. Na avaliação de Jorge Grespan da elaboração caiopradiana, “as coisas e os eventos individuais não o são por si mesmos, mas como resultado de ‘relações’ que, quando se dão ‘no tempo’, ‘se

denominam processos'. A natureza já é processual". E completa: "Assim, o método dialético seria a identificação de relações reais pelo sujeito do conhecimento, relações em que os fatos são produzidos, desdobrando no tempo a individuação dos eventos"<sup>29</sup>. Dessa forma, constata-se que a história (tanto a humana como a "natural") não tem caráter cíclico, mas sim *processual*, aquele que produz ou introduz constantemente, em cada fase ou momento, o "novo". As "relações", portanto, são o ponto de partida da dialética, em que a contradição enfatizará situações particulares que se articularão dentro de uma temporalidade específica, um "tempo histórico" concreto. O desenvolvimento surge dentro do próprio processo de "destruição" do momento histórico anterior. A transformação "permanente" e a "mutabilidade" são conceitos articuladores das mudanças sugeridas na visão dialética de Caio Prado Júnior. Na verdade, o intelectual paulista, ao transpor sua conceituação filosófica de "sentido" para o meio material e histórico, mostrará a importância de que "a *norma de ação* exprima de um lado mais adequadamente o dinamismo histórico-social do momento a que se aplica e doutro apresente dentro desse dinamismo e seu sentido a perspectiva mais favorável e conveniente aos indivíduos a que ela se dirige"<sup>30</sup>. Daí a grande importância da "interpretação histórica" e da determinação que esta dará ao sentido da *ação* dos homens.

*Dialética do conhecimento* não teve boa acolhida entre *alguns* comunistas rio-platenses. Entre outros intelectuais estrangeiros, contudo, a avaliação foi distinta. O cônsul da Polônia em São Paulo, Jerzy Grudzinski, por exemplo, ficou com uma "emocionante impressão", tanto pelo conteúdo como pelo trabalho de pesquisa cuidadosa. "Parece-me ser este trabalho uma obra há muito esperada"<sup>31</sup>, concluiu.

O argentino Gregorio Bermann, por sua vez, teve igualmente "profunda impressão" e "sincero entusiasmo" ao ler o livro. "Antes de tudo, sua obra ultrapassa tanto os trabalhos filosóficos a que estamos acostumados na América Latina, que de entrada se revela um acontecimento singular. Com seu *Dialética* entra o nosso Continente, na filosofia, num período de maturidade"<sup>32</sup>. Outro conterrâneo, Norberto Rodríguez Bustamante, diria tratar-se de uma exposição de primeira ordem, uma obra que não seria fácil achar em nossas latitudes<sup>33</sup>.

Já seu *Notas introdutórias à lógica dialética*, publicado sete anos mais tarde, foi elogiado pelo tcheco Zdenek Kourim, que enviou um artigo sobre ele para a revista *Filosofický Casopis*<sup>34</sup>. Nele, Kourim avaliava ser aquele livro uma "apreciável ajuda para a teoria da lógica dialética, especialmente, porque em quase todos os estudos preparativos até hoje elaborados faltaram a análise científica gnoseológica"<sup>35</sup>. Apreciação similar teve o filósofo marxista mexicano Eli de Gortari. Considerava que aquela era "uma obra que tem um interesse extraordinário e oferece tratamentos originais e sumamente valiosos para todos os que trabalhamos

nos problemas da lógica dialética”<sup>36</sup>. Escreveu uma resenha bibliográfica para revista *Dianóia*, anuário editado pela Fondo de Cultura Económica<sup>37</sup>.

Vale salientar aqui que a filosofia seria, para Caio, a porta de entrada dos grandes debates do mundo do socialismo. As questões mais amplas do campo filosófico poderiam inseri-lo nas discussões internacionais sobre o materialismo histórico e dialético. Seus posicionamentos nessa área quiçá o colocassem entre os intelectuais marxistas que seriam lembrados nos diálogos dentro do campo da esquerda, o que acabou não ocorrendo. Além disso, assim como para Lenin, a filosofia seria inseparável da luta de classes, e as posturas dos marxistas definiriam sua posição também na política<sup>38</sup>. O fato é que, do final da década de 1940 em diante, diversos autores estrangeiros publicariam trabalhos sobre a lógica dialética, como Henri Lefebvre, Huber, Fogarasi, Karl Popper, Mihailo Marković, Baumann, Kedrov, Gurvich, Rosental, Kosic, Rozhin, Rutkevich, Tugarinov e Kopnin. Não custa recordar que outros colegas brasileiros, em momentos análogos, também se dedicaram a temas filosóficos, como Jacob Bazarian e Álvaro de Faria. Leôncio Basbaum, por seu lado, que havia publicado *Sociologia do materialismo*, lançou obras como *Alienação e humanismo* e *História e consciência social*. Por outro lado, os debates filosóficos e as linhas oficiais na União Soviética eram repercutidos em traduções para o português na imprensa comunista brasileira. O artigo do stalinista linha-dura Andrei Aleksandrovich Zhdanov (o principal elaborador do sistema de ideias e práticas nos campos ideológico, cultural e estético de seu país), “O marxismo é a revolução na filosofia”, uma intervenção bastante incisiva sobre o livro *História da filosofia*, de Alexandrov, publicado na revista *Problemas*, número 7, de fevereiro de 1948, assim como o texto de D. Tchesnokov, “Os problemas da filosofia marxista no trabalho de J. V. Stalin *Problemas econômicos do socialismo na URSS*”, que saiu no mesmo órgão, no número 50, de outubro de 1953, são dois exemplos significativos.

A Editora Brasiliense vivia momentos de dificuldades e, em 1952 (época em que o historiador era integrante da Comissão Piratininga de Ajuda aos Presos Políticos), diminuía muito o ritmo de publicações<sup>39</sup>. A partir de janeiro de 1953, o primo de CPJ, Elias Chaves Neto, que acabara de sair da prisão, iria trabalhar na casa, ainda que mantivesse seu posto de redator no *Hoje*<sup>40</sup>.

Já Caio, continuaria a dividir seu tempo com a política. E, em 9 de janeiro de 1953, foi um dos oradores de um ato público realizado no Cine Marconi, na rua Corrêa de Melo, 76, para pedir clemência por Julius e Ethel Rosenberg, evento que contou com um público de novecentas pessoas, no qual também discursaram Sima Leia Gueier, Moisés Pieterkosky, David Rosenberg e Armando Carlos Lacerda, e terminou com o “hino israelita”<sup>41</sup>.

O historiador começou a reerguer sua empresa, graças sobretudo às obras de Afonso Schmidt e Monteiro Lobato, escritor extremamente popular e campeão

de vendas (dois anos mais tarde, a editora ainda lançaria os trabalhos de Josué de Castro e as obras completas de Lima Barreto, num projeto dirigido por Francisco Assis Barbosa).

O autor de *Formação do Brasil contemporâneo* já desejava retornar à URSS naquela época. Em maio, ao receber seu pedido para sair do país, a Delegacia Especializada de Ordem Social comentou:

Caio Prado Júnior, intelectual comunista e milionário, deseja obter passaporte para uma viagem a vários países e, naturalmente, à Rússia.

Tratando-se de um dos mentores do extinto Partido Comunista, quiçá incumbido de missão revolucionária junto aos dirigentes da revolução mundial, em Moscou, certamente não conviria aos interesses nacionais e à própria conservação do regime democrático essa viagem que, sempre, para nós, seria de caráter suspeito. Entretanto, não constam quaisquer processos em andamento contra a sua pessoa.<sup>42</sup>

Como se sabe, o historiador não seguiu para a URSS em 1953, só retornando ao país sete anos mais tarde. Em Moscou, contudo, havia quem desconfiasse de seu posicionamento político. O jornalista Yuri Alexandrovich Kalugin, tradutor de Jorge Amado e importante membro da União dos Escritores de seu país, faria uma crítica interna ao intelectual paulista ao comentar um texto de Vera Kuteischkova sobre o romancista baiano, no qual ela utilizara, como uma de suas fontes, *História econômica do Brasil*. Kalugin elogiaria a colega, mas diria que o artigo necessitava correções. A principal: retirar a menção a Caio Prado Júnior, já que ele se revelara “um renegado trotskista”<sup>43</sup>!

Em maio, Caio ainda se tornou primeiro-tesoureiro da comissão pela anulação da sentença do jornalista Francisco Campos Oliveira<sup>44</sup>, e fez parte da comissão julgadora do concurso monográfico sobre o desenvolvimento econômico do Prêmio IV Centenário de São Paulo, marcado para o ano seguinte<sup>45</sup>. Até o final daquele ano, Caio Prado Júnior ainda trocava correspondência com um representante da Fratelli Bocca Editori, da Itália, para a possível publicação de seu *Formação do Brasil contemporâneo* naquele país<sup>46</sup>.

A derrocada do governo de Jacobo Arbenz, na Guatemala, em 1954, foi outro tema que chamou a atenção do intelectual paulista. O presidente Arbenz tentara imprimir uma política progressista no país, com apoio dos comunistas do Partido Guatemalteco do Trabalho. Na pauta do dirigente, a promulgação do Decreto 900, que instituía uma reforma agrária a partir de confiscos e distribuição de terras pelo governo, que depois as arrendaria a camponeses ou cooperativas rurais. Boa parte das propriedades da United Fruit Company havia sido confiscada, e, com a radicalização do regime, o presidente ganhava a cada dia mais apoio da população e de setores das Forças Armadas. Washington, contudo, não permi-

tiria que isso continuasse. Em pouco tempo, impôs uma quarentena marítima ao país (para evitar a chegada de navios trazendo armas compradas de países do bloco socialista) e financiou grupos rebeldes que queriam destituir o mandatário, tropas de exilados guatemaltecos provenientes de Honduras, sob a liderança do coronel Castillo Armas e com o apoio da administração Eisenhower. Não houve resistência. Os invasores fizeram bombardeios com aviões e entraram no país sem oposição do Exército. Arbenz renunciou ao cargo em seguida. Indignado com o ocorrido, Caíto foi à conferência do deputado Romeu de Campos Vergal, num evento em solidariedade ao presidente que perdera o poder<sup>47</sup> (mais tarde, a *Revista Brasileira* publicaria uma resenha do livro *La batalla de Guatemala*, de Guillermo Toriello, que denunciava o imperialismo norte-americano na América Latina<sup>48</sup>).

No mesmo período, a polícia política, acompanhando todos os passos de CPJ e reproduzindo notícia jornalística, comentaria que se preparava um expurgo de líderes comunistas. Os visados seriam Caíto e Octávio Brandão. O informe, com diversas imprecisões do agente, anunciava:

Após a capitulação do velho líder Fernando Lacerda, tio do jornalista Carlos Lacerda, agora quem se insurge contra a “linha prestista” é o sr. Octávio Brandão, como aquele, também fundador do PCB.

Ao que se informa, Brandão reputa nefasta a orientação que os atuais dirigentes, com L. C. Prestes à frente, vêm imprimindo ao comunismo. Acrescenta-se que a atitude, em S. Paulo, do escritor e sociólogo Caio Prado, se enquadra no mesmo plano de Octávio Brandão e outros próceres, que criticam o “aventureirismo apriorístico” dos que detêm a chefia do PCB.

Pode-se adiantar que Luiz Carlos Prestes e seus sequazes estão preparando “expurgo” total dos “independentes”, isto é, daqueles que ousam formular objeções às resoluções do Comitê Nacional. Aliás, já teve início campanha sub-reptícia de desmoralização pessoal de Caio Prado Jr. e Octávio Brandão.

Como não se ignora, os dirigentes comunistas, antes de “degolar” companheiros, promovem o seu descrédito ante a base da agremiação.<sup>49</sup>

O historiador, contudo, permaneceu na agremiação. E assinou um manifesto, em outubro daquele ano, em homenagem ao trigésimo aniversário da “Coluna Invicta”, ao lado de nomes como Wladimir de Toledo Piza, Frota Moreira, Afonso Schmidt, Gilberto de Andrade e Silva, Elias Shammass, Waldomiro Alves Junqueira, Álvaro de Faria, Miguel Costa Filho e vários outros<sup>50</sup>. Para complementar seu trabalho de editor, em 1954 fundou a Gráfica Urupês<sup>51</sup>.

Em dezembro, finalmente, foi um dos organizadores da reunião pública pela suspensão de execuções no Irã e em protesto contra o fuzilamento do jornalista, político e ex-ministro das Relações Exteriores Hossein Fatemi<sup>52</sup>, assim como

de oficiais e civis iranianos. O evento, no Salão das Classes Laboriosas, na rua Roberto Simonsen, 129, teve em sua comissão organizadora, além de CPJ, Sebastião da Silva Prado (presidente da Associação Brasileira dos Direitos do Homem), os deputados federais José Miraglia e Rogê Ferreira, um deputado estadual, vereadores, advogados e acadêmicos<sup>53</sup>.

O XX Congresso do PCUS, realizado em Moscou entre 14 e 25 de fevereiro de 1956, com a presença de 1.436 delegados de 55 PCs, no qual Nikita Krushev denunciou os crimes de Stalin, seu dogmatismo na interpretação do “marxismo-leninismo” e o culto da personalidade (além de sugerir uma nova linha de atuação que promovia a coexistência pacífica entre diferentes sistemas sociais), também não passou em branco. O evento abalou até os militantes mais experientes. Carlos Marighella teria chorado copiosamente, sem querer acreditar que a notícia fosse verdade. Astrojildo Pereira, por seu lado, ficara perplexo. O informe, por certo, também afetaria Caíto. Em abril, o historiador paulista admitiu que as falhas do dirigente soviético haviam retardado o avanço do socialismo na URSS e “que sem a ditadura de Stalin, o socialismo teria feito progressos mais rápidos”<sup>54</sup>. Ainda assim, acreditava que as novas diretrizes da era Krushev permitiriam que o povo e as “massas” vivessem no país com segurança<sup>55</sup>.

Mostrando interesse em participar não só do meio acadêmico, mas também dos temas econômicos, candidatou-se em 1954 à cátedra de economia política da Faculdade de Direito da USP, com sua tese *Diretrizes para uma política econômica brasileira* (impressa pela Gráfica Urupês). A sugestão para que Caio participasse do pleito fora feita pelo amigo e advogado Raimundo Pascoal Barbosa, que, inclusive, enviou ao historiador a página do *Diário Oficial* na qual constava o respectivo edital. Barbosa explicou que o concurso havia sido suspenso anteriormente por causa de um recurso impetrado por economistas que se julgavam no direito de inscrever-se sem a apresentação de título de bacharel, ou mesmo de doutor na disciplina, e haviam sido atendidos em sua demanda. O colega ainda disse que estava espalhando o boato de que CPJ concorreria; e que não havia nenhum “peixe grande” ou mesmo livre-docente da faculdade disputando o posto. “Mas não tenhamos ilusão: não darão, tudo indica, a você a cadeira”, acrescentou. “Uma docência-livre, porém, você terá chance de ganhar...”<sup>56</sup>. E foi exatamente o que ocorreu<sup>57</sup>.

O certame não ocorreria imediatamente. Vários meses se passariam até a escolha definitiva da comissão examinadora e de seus suplentes (o professor Teotônio Monteiro de Barros Filho, por exemplo, foi substituído Honório Monteiro; depois, no lugar desse segundo, entraria Mário Masagão, que também decidiu não participar como arguidor; o próprio Monteiro iria abandonar o barco; e Waldemar Ferreira, que deveria ingressar na comissão como titular, solicitou seu desligamento do grupo). O fato é que o concorrência não se daria na data

marcada, 5 de novembro de 1955, sendo adiada até que todas as formalidades acadêmicas da comissão fossem resolvidas. Só em meados do ano seguinte seria iniciado o processo.

O concurso, em cuja banca, presidida por Lino de Moraes Leme, estavam os professores Oscar Dias Correia, Alberto Deodato, Edgard Schneider e Gofredo da Silva Teles Júnior, finalmente começou no dia 11 de junho de 1956, com a apresentação de José Pinto Antunes (catedrático em direito industrial e legislação do trabalho da Universidade de Minas Gerais e livre-docente de direito constitucional da Faculdade de Direito de São Paulo e da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil), com a monografia “A produção sob o regime da empresa” (o candidato, por sinal, expressaria sua profunda convicção “liberal”, o que teria agradado aos examinadores). No dia seguinte, seria a vez de João Paulo de Almeida Magalhães discorrer sobre “A teoria moderna do crescimento econômico e o problema do desenvolvimento”<sup>58</sup>. A arguição de Caio ocorreu na quarta-feira, 13 de junho de 1956, e durou das três horas da tarde às nove horas da noite. O evento, na sala João Mendes da Faculdade de Direito, ficou lotado por um público curioso em ouvir o que o intelectual comunista tinha a dizer. O historiador sofreu “cerradas críticas, do ponto de vista do fundo e de forma”<sup>59</sup>. Segundo o escritor Fábio Lucas, que estava na plateia, Caio ficou em último lugar e foi ironizado por Deodato, ainda que tenha sido muito aplaudido pelos estudantes, que torciam por ele<sup>60</sup>. No público, contudo, também se encontrava um agente incógnito do Dops, que narraria o ocorrido a seus superiores. De acordo com ele:

Inicialmente, Caio Prado Júnior foi examinado pelo professor Correia, de Minas Gerais, quando confessou claramente que era comunista e que acreditava piamente nas doutrinas de Karl Marx. Durante seu exame fez diversas considerações do atual regime da União Soviética, afirmando que o socialismo era consequência natural do capitalismo e que não havia necessidade de forçar nenhuma conjuntura para se chegar a tal fim.

No correr dos trabalhos, afirmou Caio Prado Jr. que, pela tese da concentração dos capitais, os Estados Unidos se encontravam na mão de poucos particulares e que, por este fato, encontrava-se os Estados Unidos mais próximo do que o Brasil do regime socialista, pois bastava que o Estado substituísse os particulares na direção das empresas privadas. Esta facilidade não seria possível no Brasil, como não está sendo possível na China, pois estes ainda não chegaram a tal ponto de desenvolvimento.<sup>61</sup>

Na sua apresentação, baseada em *Diretrizes*, Caio insistiria em temas já discutidos em outros livros e que continuariam recorrentes em sua obra. O país

continuava, segundo ele, *essencialmente* a produzir artigos primários, destinados ao mercado externo, enquanto a maior parcela dos itens para consumo interno era importada. Mesmo com a industrialização durante a Primeira Guerra Mundial, e principalmente ao longo da Segunda, quando o Brasil teve uma produção diversificada (aumentando, conseqüentemente, o nível de parte da população), o problema não havia sido resolvido (o quadro demandaria que se comprassem maquinaria e equipamentos de fora, mantendo uma relação assimétrica com outros países, inclusive em termos de condições de pagamento, endividamentos e negociatas). Mister, nesse caso, seria ampliar a capacidade de criar esses artigos internamente e, ao mesmo tempo, constituir um mercado endógeno, a partir da elevação da qualidade de vida do homem do campo. Investidores brasileiros (ou forâneos “radicados” aqui) teriam a tarefa de impulsionar a industrialização, enquanto o Estado tomaria nas mãos a prerrogativa de realizar os macroempreendimentos que a iniciativa privada nacional não tivesse condições de levar a cabo (ou que fossem considerados fundamentais para estimular a economia privada). Caio Prado Júnior era a favor do monopólio estatal do comércio exterior e de uma reforma agrária com modificação do estatuto da propriedade fundiária, cujo titular deveria ser aquele que efetivamente investiria na exploração da terra, em seu trabalho e em seus recursos.

Mas as grandes mudanças necessárias para a destruição do “sistema colonial” (com as forças “anticolonialistas” presentes no interior da estrutura econômica da época) não seriam obra das “forças do socialismo” (que apenas se bosquejavam entre nós), mas daquelas do próprio capitalismo, “configuradas politicamente por um proletariado industrial em franco desenvolvimento, por um campesinato já esboçado e por uma burguesia industrial e comercial livre de compromissos para com o imperialismo e [o] capital financeiro internacional, bem como de contingências e da pressão desse capital”<sup>62</sup>. Afirmava:

supor, por exemplo, que seja possível no Brasil e nas circunstâncias atuais um regime socialista com a entrega a órgãos estatais da responsabilidade pela direção e manejo total das forças produtivas do País, é se não fantasia de visionário, certamente maneira disfarçada de entravar as reformas que desde já se impõem e que não precisam aguardar um socialismo ainda irrealizável.<sup>63</sup>

Já no dia 14, o bacharel José Gláucio Pinto Veiga defenderia a monografia intitulada “Revolução keynesiana e marxismo”<sup>64</sup>. Ainda participaram do concurso os candidatos José Luiz de Almeida, Roberto Pinto de Souza e Odilon de Araújo Grellet (todos os inscritos precisavam fazer também provas escritas)<sup>65</sup>. O resultado foi anunciado no dia 25 de junho, com um empate entre José Luiz de Almeida Nogueira Porto e José Pinto Antunes, ambos com a mesma pontuação, 9,2.

No desempate, pelo critério de número de indicações, venceu o segundo. João Paulo de Almeida Magalhães ficaria em terceiro, com 8,95. Caio Prado Júnior, como se pode perceber, não logrou a cátedra, mas recebeu, como todos os outros candidatos, segundo notícia de jornal da época, uma nota dentro da média 7 (ou superior a esta) e ficou com o título de livre-docente daquela universidade, juntamente com o restante dos colegas do pleito<sup>66</sup> (quando a livre docência de CPJ foi discutida na Congregação, contudo, aparentemente foi rejeitada por cinco votos a dois; ainda assim, em última instância, ele receberia o título).

Naquele período, Caio Prado Júnior ainda fez parte do conselho técnico da Confederação Nacional do Comércio (CNC), sediada no Rio de Janeiro, no qual também estavam personalidades como Eugênio Gudín, Gustavo Corção, Edmundo Macedo Soares e Silva, San Tiago Dantas, Hermes Lima e Roberto Campos. O convite para participar do órgão, feito por Brasília Machado Neto em 1956, foi reiterado pela nova diretoria<sup>67</sup> em 1959, ano em que ministrou o curso “Fundamentos da teoria econômica”, na sede da Ordem dos Economistas de São Paulo, sob o patrocínio da USP<sup>68</sup>, e foi também um dos fundadores da Sociedade de Estudos Filosóficos, da qual seria vice-presidente<sup>69</sup>.

Não podemos esquecer que, como referência entre os marxistas brasileiros, CPJ continuou a ser convidado a discursar para trabalhadores e ativistas sociais. Foi assim na época da convenção de fundação do Movimento Socialista Renovador, em outubro de 1957, organizado pela Comissão Provisória de Coordenação do Movimento Marxista Brasileiro<sup>70</sup>. O programa do MSR<sup>71</sup> defendia o “nacionalismo”<sup>72</sup>, a “liberdade”<sup>73</sup> e o “bem-estar do povo”<sup>74</sup>, através de medidas que possibilitassem “profundas transformações que abririam o caminho para atingir o socialismo”<sup>75</sup>.

O passo mais importante para Caio Prado Júnior nos anos 1950, contudo, seria o aprofundamento no debate das ideias. E nenhuma ferramenta melhor do que uma revista, na qual tivesse mais margem de manobra e menos amarras para vocalizar suas posições. Fundada em setembro de 1955 por um grupo de intelectuais do PCB encabeçado por ele, a *Revista Brasiliense* se tornaria a mais importante publicação de esquerda brasileira por quase uma década, até ser fechada em 1964 pela ditadura militar. Ainda que não tivesse a ousadia estética da cubana *Pensamiento Crítico*, dirigida, entre outros, pelo jovem Fernando Martínez Heredia, nem o cosmopolitismo e a elaboração gráfica da *Amauta*, criada e editada pelo jornalista José Carlos Mariátegui, a *RB* preencheria a lacuna deixada pela extinção da *Fundamentos* (lançada em 1948 e fechada em dezembro de 1955) e pela perda de relevância (pelo menos em termos de tiragem) do jornal *Tribuna Popular*, que vocalizavam a linha dos comunistas na época. A *Revista Brasiliense*, portanto, funcionaria como um veículo “extrapartidário”, no qual as forças progressistas (desde nacionalistas de esquerda até marxistas) poderiam se expressar.

Por um lado, o historiador paulista não tinha nenhuma posição de proeminência nas fileiras de seu partido, e queria ter sua voz ouvida. Por outro, continuava perseguindo um ativo trabalho político, mesmo que no mundo das ideias. A *Revista Brasiliense* seria esse instrumento.

Dono de uma editora consolidada e de uma gráfica, Caíto teria todas as condições de levar adiante a nova empreitada. Além disso, como bem lembra Maria Célia Wider, sabia que seria acompanhado de seu “braço direito”, o primo Elias Chaves Neto, nove anos mais velho que ele, também militante do PCB e jornalista experiente, que havia passado pelas redações do *Correio da Manhã*, *O Estado de S. Paulo*, *A Noite* e *Hoje*. Chaves Neto se tornaria o diretor responsável pela publicação e seu principal colaborador, com 47 textos ao todo. O editorial do primeiro número afirmava:

A Editora Brasiliense, fiel à tradição da cultura legada pelo seu fundador Monteiro Lobato, resolveu tomar a iniciativa de uma revista, em torno da qual se congreguem escritores a estudiosos de assuntos brasileiros interessados em examinar e debater os nossos problemas econômicos, sociais e políticos. Sem investigações feitas com espírito objetivo e em profundidade, não somente não será possível dar-lhes soluções adequadas como também nos arriscamos a fabricar ou difundir funestas ilusões como essa a que nos pode levar um progresso a tantos respeito notável, mas que mal dissimula, sob o extraordinário desenvolvimento dos grandes centros urbanos, o atraso econômico do país.

Esse atraso torna-se particularmente sensível na estreita dependência do estrangeiro para a satisfação de necessidades fundamentais de nossa vida. A exportação de produtos agrícolas ou de matéria-prima já não é suficiente para atender às exigências do bem-estar do povo, estimuladas por uma prosperidade resultante de duas guerras mundiais, em que fomos compelidos a prover nós mesmos às nossas necessidades. Não escapa também à mais superficial observação a extrema pobreza de densas camadas da população rural e urbana, que não foram atingidas pelos benefícios do surto econômico e industrial do país e continuam vivendo em condições vizinhas da miséria.

Esse problema que, como tantos outros, preocupa todos os brasileiros, é, porém, muito complexo e prende-se não somente à posição de nossa economia no quadro da economia mundial, mas às condições específicas da economia nacional que apresenta uma extrema variedade de níveis e aspectos, provenientes da diversidade dos quadros geográficos e sociais do país e do próprio curso da nossa formação histórica. Analisar em suas raízes e todas as luzes essas e outras questões e encará-las do ponto de vista dos interesses nacionais, da melhoria das condições de vida do povo e da renovação e dos progressos da cultura, como expressão autêntica da vida brasileira, é o objetivo que a Revista se propõe e não poupará esforços para alcançar.

Mais do que uma simples publicação, será, portanto, um centro de debates e de estudos brasileiros, aberto à colaboração de todos os que já se habituaram ou se disponham a abordar seriamente esses assuntos e nela terão o meio não só de tornar conhecidos os seus trabalhos, como também de influir sobre a opinião pública levando-a a melhor compreender os problemas que afetam a vida do país. A Revista, sem ligação de ordem política e partidária, será orientada pelos seus próprios redatores e colaboradores.

Publicação bimestral, a *Revista Brasiliense* não precisaria passar, portanto, pelo crivo ou censura partidária prévia nem seguir uma linha política calcificada. Além disso, teria total autonomia em termos econômicos. Essa independência, por outro lado, não deixou de incomodar setores do PCB, que se encontrava na ilegalidade desde 1947. Justamente por causa da insatisfação do Comitê Regional de São Paulo, Afonso Schmidt (diretor de redação da *Fundamentos*), foi obrigado a retirar seu nome do grupo fundador da *RB*. Apesar das críticas, Elias Chaves Neto, no número 15 da *Revista Brasiliense*, de janeiro-fevereiro de 1958, fez uma enérgica defesa do dirigente máximo pecebista, em seu editorial “A liberdade de Luiz Carlos Prestes”, e na edição 38, de novembro-dezembro de 1961, insistiu no apoio à sua agremiação com “Legalidade do Partido Comunista, marcha para a revolução socialista”; por sua vez, no número 26, a revista publicaria uma seção inteira sobre Prestes, como continuação do artigo de Hermínio Linhares, “O comunismo no Brasil”, onde o dirigente era chamado de “o maior líder popular brasileiro”. Além disso, Chaves Neto chegaria a escrever um texto laudatório em homenagem ao PCB, afirmando que o partido podia se orgulhar “de se apresentar perante a nação com um programa que é fiel à sua tradição de luta pela emancipação da classe operária”, em sólida união com o campesinato, se propondo a conduzir “essa luta dentro das atuais condições”<sup>76</sup>.

De qualquer forma, foi o próprio Prestes (junto com outros membros do Comitê Central do PCB) que deu ordens para que cessassem os ataques contínuos contra a revista, como aqueles empreendidos pelo Comitê Regional de Piratininga, com o objetivo de evitar uma cisão no partido. “Caio Prado Júnior e Elias Chaves Neto”, diria Fued Saad, “continuam a militar no PCB, onde são cercados de estima e simpatia dos maiores intelectuais do partido”<sup>77</sup>.

Mostrando toda sua disposição em prol da agremiação, CPJ ajudou na campanha para angariar fundos para o jornal *Voz Operária*, “instrumento de luta contra as calúnias, as mentiras e os engodos dos que tramam a carnificina de uma nova guerra”<sup>78</sup>. Os órgãos de segurança, por sua vez, acreditavam que “o grande êxito obtido pela *Revista Brasiliense* da Editora Brasiliense, de propriedade do ex-deputado comunista prof. CAIO PRADO JÚNIOR, redigida por homem de vanguarda, porém independente do PCB”, teria feito com que “o escritor e líder

comunista JORGE AMADO, Servçal da URSS no Brasil e membro do Comitê Central do PCB”, decidiu reeditar o periódico *Para Todos*, quinzenário de cultura apoiado por comunistas e pró-comunistas como Oscar Niemeyer, Alvaro Moreira, Fernando de Azevedo, Astrojildo Pereira, Marques Rabelo, Murilo Mendes, Vinicius de Moraes, Mário Donato e Ary Barroso<sup>79</sup>. Amado foi chamado pelo autor do relatório de “escritor pró-soviético e caixeiro-viajante do comunismo”<sup>80</sup>. Já o Ministério da Justiça, em abril de 1957, fez chegar ao governador de São Paulo, Jânio Quadros, uma avaliação elaborada por José Carlos de Macedo Soares em que citava o Ministério da Guerra, dizendo que “o grupo comunista que abriga a linha de combate ao sectarismo e antidemocratização interna do PCB tem, agora, para sua propaganda a *Revista Brasiliense* de propriedade do escritor CAIO PRADO JÚNIOR”, na qual colaboravam “antigos militantes do PCB”<sup>81</sup>.

Mais interessante, talvez, seja a posição do PCUS em relação à *RB*. De acordo com um relato de Ruy Maciel, secretário do Movimento da Paz em São Paulo e dirigente da União Cultural Brasil-China, os soviéticos teriam ficado insatisfeitos com a qualidade e o conteúdo dos primeiros números da revista *Estudos Sociais*, que era dirigida por Astrojildo Pereira e contava com o apoio de Prestes e colaborações de Miguel Costa Filho, Catullo Branco, Elson Costa, Raimundo Vieira da Cunha, Paulo Cavalcanti, Dante Leonelli e Carlos Marighella. Para eles, a publicação seria fraca do ponto de vista doutrinário marxista-leninista. Os dirigentes da seção cultural do PCUS, contudo, fazendo um paralelo, exaltariam a *Revista Brasiliense* “como sendo mais bem redigida e mais importante no ponto de vista marxista-leninista que a revista *Estudos Sociais*”, ainda que ela fosse “rica em conteúdos nacionalistas”<sup>82</sup>. Por sua vez, Jacob Bazarian, leitor e colaborador da *RB*, que acompanhava especialmente os artigos de Everardo Dias (os quais deixavam a desejar, segundo ele, por apresentarem fatos muito abstratos), ainda assim achava que o periódico deveria continuar divulgando trabalhos diversos sobre o movimento socialista do país. “Sua revista já é uma publicação de caráter internacional”, diria em carta ao colega paulista<sup>83</sup>.

As posições da *Revista Brasiliense* e do PCB, de fato, eram bastante distintas em diversos pontos. Se o partido chegou a apoiar os governos Kubitschek e Jango, a *RB* atacou duramente a ambos. Caíto acusou o primeiro como “certamente o mais entreguista” e “antipopular” da história do país, no qual “nunca a economia brasileira atingiu tamanha orgia imperialista”<sup>84</sup>. Afinal,

em época alguma a economia brasileira se achou mais que hoje ligada e subordinada aos interesses imperialistas, a tal ponto que são poucas, muito poucas as empresas de certo vulto e expressão econômica, que com exceção das Estatais não estejam de alguma forma entrosadas com os monopólios imperialistas. A indústria brasileira, por obra sobretudo da política do sr. Kubitschek, não passa

hoje, fundamentalmente, de uma constelação de filiais de grandes empresas internacionais.<sup>85</sup>

O governo JK, promovendo seu “plano de metas” com o lema “Cinquenta anos em cinco” (teoricamente na tentativa de atacar os “pontos de estrangulamento” da economia brasileira, com o objetivo de alavancar o crescimento e reduzir a dependência do país de produtos importados), colocou seu foco na construção de Brasília e no desenvolvimento da indústria automobilística. De fato, é possível verificar significativos investimentos nos setores elétrico e siderúrgico, a criação da Sudene e a abertura de rodovias. Mas as dívidas públicas interna e externa cresceram exponencialmente, a remessa de lucros de empresas estrangeiras instaladas no país também, assim como os déficits na balança de pagamento e o aumento da concentração de renda e da inflação. As denúncias de superfaturamento de obras e corrupção eram comuns. E as greves também, como as dos metalúrgicos, funcionários públicos, portuários de Santos e trabalhadores de quase todos os ramos industriais de São Paulo, em 1957. Os monopólios internacionais, ao longo dos anos JK, foram responsáveis por inversões na economia brasileira equivalentes a US\$ 400 milhões, mas teriam remetido para fora do país, apenas entre 1957 e 1959, em torno de US\$ 461 milhões. No final daquela administração, segundo Maria Célia Wider, o capital estrangeiro controlava 70% da indústria de máquinas, 76% da química, 88% da farmacêutica, 82% da eletricidade, 99,8% da de tratores e 98,2% da automobilística<sup>86</sup>. Não é por acaso que outros colaboradores importantes da *RB* teriam a mesma opinião. O próprio Elias Chaves Neto comentaria que a política econômica de JK tinha aspectos “de cunho francamente entreguistas”, já que “a sua teoria de desenvolvimento, nos termos que a coloca, não passa de uma abstração, de uma palavra vã, que não encontra apoio real nas forças econômicas efetivamente interessadas no desenvolvimento”<sup>87</sup>. O fato é que para CPJ os comunistas não haviam compreendido o quadro daquela administração, que dava um “tratamento escandalosamente preferencial ao grande capital”, em parte porque haviam se divorciado das massas trabalhadoras e populares e por sua cegueira diante da realidade política, a partir das “absurdas concepções deformadoras” de sua linha de atuação. Segundo o historiador, o partido via o capitalismo no Brasil naquele momento como um sistema progressista, cabendo a ele ampará-lo e promovê-lo, o que resultaria, um última instância, no desenvolvimento e se encaixaria no “desenvolvimentismo” de Kubitschek. Essa seria, portanto, uma avaliação equivocada<sup>88</sup>.

Já o segundo caso, o de João Goulart, mesmo com a tentativa de controlar o déficit público e o objetivo de nacionalização de setores industriais, era visto por Caio como expressão de um “populismo espúrio”, uma aliança entre o “capital burocrático” e a esquerda. Ele observava naquela administração um quadro her-

dado do governo anterior, de crise financeira de um país dependente, com grande exploração da força de trabalho, aumento da dívida externa, inflação, redução de taxas de investimentos e grandes remessas de lucros das empresas estrangeiras. Afinal, não se pode esquecer que o capital monopolista internacional penetrava em diferentes ramos da economia, controlando setores importantes da produção, construção e comércio do país<sup>89</sup>. O historiador chegaria a dizer, mais tarde, que Jango seria o responsável por demagogias tolas (citando, nesse sentido, o projeto de desapropriação de terras nas beiras de estradas) e por políticas superficiais, “sem nenhuma profundidade ou penetração” nas massas...

Os articulistas da *RB* também não deixavam de se expressar, por vezes de forma incisiva, sobre a produção bibliográfica da época. Uma crítica dura ao livro de Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil*, escrita por Alcindo da Cunha Xavier, é um exemplo disso. Para Xavier, a obra, que teria “sérias falhas e mesmo erros”, fora elaborada por um intelectual que os longos anos no exterior haviam afastado completamente do Brasil e desligado dos problemas práticos, resultando em trabalhos com “certo esquematismo ao apresentar as questões que abordam e ao propor as soluções”, a partir de uma “aplicação mecânica das teorias, sem levar em consideração antes as condições práticas sobre as quais vai atuar”. A teoria utilizada por Furtado, para ele, não seria “a mais adequada para analisar nossos problemas”. O resenhista atacaria até mesmo a falta de uma alusão à penetração do imperialismo e do capital estrangeiro em nossa economia, assim como sua omissão ao nosso processo de industrialização. Concluía que o leitor daquele livro ganharia uma “ideia deformada da evolução da economia brasileira”, com conceitos e formulações que não correspondiam à realidade e que os fatos da época abordada desmentiam claramente<sup>90</sup>.

Outra recensão bastante ácida seria elaborada pelo próprio Caíto, nesse caso de *Os dois Brasís*, de Jacques Lambert, uma obra que, segundo ele, poderia ter passado despercebida entre várias outras “de apressados autores estrangeiros que com grande dose de leviandade e superficialidade, se têm ultimamente ocupado de coisas brasileiras”. Caio Prado Júnior lamentaria que o livro, com “dados de segunda mão já bastante divulgados e do mais fácil acesso” e produzido por alguém que ignorava as “coisas brasileiras”, mas “com ares de dar grandes lições e revolucionar os conhecimentos sociológicos e econômicos” do país, tivesse sido editado justamente pelo Ministério da Educação e Cultura. O texto, em sua opinião, ofereceria apenas “meias verdades”, estava repleto de informações “falsas e profundamente deformadoras” da nossa realidade e representava “um grave risco para aqueles, menos informados, que nele se louvassem para suas conclusões acerca dos fatos nacionais”. “Parece que o sr. Lambert é professor de Direito Comparado da Faculdade de Direito de Lião [Lyon]. Não posso atinar porque se deslocou de sua especialidade para se dedicar a um assunto no qual

não mostra capacidade nem para se informar, quanto mais para interpretar”, comentaria<sup>91</sup>. E completaria:

Normalmente, depois de uma rápida leitura do livro do prof. Lambert, eu me teria limitado a deitá-lo fora, lamentando os instantes com ele desperdiçados. Infelizmente fui obrigado à estafante tarefa de denunciar seu verdadeiro conteúdo, porque considerando as circunstâncias em que é oferecido ao público brasileiro, senti-me na obrigação de alertar o eventual leitor menos prevenido, contra a superficialidade, as inconseqüências e falsidades que o livro encerra. Falsidades e inconseqüências que servem de pano de fundo para a defesa da participação de grandes companhias estrangeiras na exploração do petróleo brasileiro [...], para a crítica do nacionalismo e a apologia da penetração imperialista no Brasil [...]. Mas infelizmente para os interesses imperialistas, e felizmente para nós brasileiros, tais interesses não poderiam encontrar um defensor mais desastrado. Com a pobre bagagem de conhecimentos brasileiros que o prof. Lambert revela em seu livro, não é ele certamente o mais indicado para advogar a causa que defende.<sup>92</sup>

É certo que muitos daqueles que contribuía para a revista eram oriundos de distintas tendências políticas, solicitados a enviar seus textos a partir de convites informais de seus editores, o que dava um caráter supostamente “frentista” e “pluralista” ao periódico. Mas vale lembrar que, apesar de tudo, tanto a direção da *RB* como seus principais colaboradores eram majoritariamente “comunistas” (ainda que em boa medida marginalizados dos círculos decisórios do partido). Eram vistos pelo Comitê Central apenas como “intelectuais”, alguns dos quais haviam até mesmo perdido cargos de direção no período em que o “obreirismo” grassava, décadas antes. Do Conselho de Redação é possível identificar os nomes de Caio Prado Júnior (a principal força do grupo), seu primo Elias Chaves Neto (nominalmente o editor-chefe), Paulo Alves Pinto (casado com Danda) e Álvaro de Faria. É verdade que passaram por ali também Catullo Branco, Fernando Pedreira, Paulo Dantas, Sérgio Milliet e até Fernando Henrique Cardoso, entre outros (houve duas mudanças no comitê, a primeira em 1957 e outra em 1963). Mas quem *de fato* tocava a revista eram os quatro primeiros (principalmente CPJ)<sup>93</sup>. Entre os fundadores estavam Abguar Bastos, Josué de Castro, Omar Catunda, Rossine Camargo Guarnieri e Sérgio Buarque de Holanda, juntamente com mais 45 signatários.

Personalidades vinculadas política ou ideologicamente ao PCB, contudo, teriam destaque entre os colaboradores. Em primeiro lugar, os integrantes da célula de CPJ no partido, Carlo Tamagni, Gastão Rachou e Roger Weiller, sem contar os já mencionados Paulo Alves Pinto e o próprio Elias Chaves Neto. Mas a lista se estendia. Entre os principais articulistas basta recordar Heitor Ferreira

Lima, Astrojildo Pereira, Everardo Dias e Octávio Brandão<sup>94</sup> (todos comunistas históricos), Jacob Bazarian (membro do PCB na juventude e, depois, do PCF e do PCUS; mais tarde se tornaria antissoviético), Rui Facó, Edgard Carone (este simpatizante, ainda que não filiado), Joaquim Câmara Ferreira, F. Pompeo do Amaral, Moisés Vinhas, Jamil Almansur Haddad, José Chasin e Samuel B. Pessoa. Um grupo significativo. Outros participantes caracterizavam-se por uma postura progressista, militância de esquerda “libertária”, nacionalismo e independência de pensamento. Houve poucas contribuições internacionais, ainda que se possa destacar a participação do argentino Héctor Agosti, de André Gunder Frank e do economista polonês Oskar Lange.

A *Revista Brasiliense*, mesmo que publicasse um número limitado de textos estrangeiros, defendeu em suas sucessivas edições a Revolução Cubana e mesmo a China maoísta, apesar de adotar um posicionamento claramente favorável à URSS e sua política de “coexistência pacífica”. Além de Caio Prado Júnior, disseram em favor dos soviéticos Dorian Jorge Freire, Elias Chaves Neto, Álvaro de Faria e Joaquim Câmara Ferreira.

Mas a abertura para outras correntes de pensamento era patente. Um exemplo claro é a publicação de três ensaios do “luxemburguista” Michael Löwy. É interessante mencionar que seu artigo “Notas sobre a questão agrária no Brasil”, enviado diretamente por ele ao responsável editorial da revista e publicado no número 31, de setembro-outubro de 1960, saiu com uma nota (em ressalva assinalada por asterisco), escrita pelo próprio Elias Chaves Neto, que dizia que “as conclusões do presente artigo não se enquadram na orientação da revista [...] Entretanto não deixa de ter interesse a divulgação de um ponto de vista pessoal sobre um importante problema nacional [e este é] um dos objetivos da revista”. Sem dúvida, uma atitude que rompia as barreiras do PCB (por incluir uma peça escrita por um representante de uma corrente de esquerda antagônica aos moldes soviéticos) e, ao mesmo tempo, do suposto “nacionalismo” propugnado pela publicação. Nesse artigo, Löwy citaria tanto Rosa Luxemburgo quanto José Carlos Mariátegui, o que mostra a busca por um caminho distinto e heterodoxo para oxigenar o marxismo em discussão na época (sairiam dele na revista também “Consciência de classe e partido revolucionário” e “Homem e sociedade na obra do jovem Marx”).

Temas históricos, como a formação do PCB, o processo de industrialização do Brasil, o movimento operário, medicina e saúde, teoria econômica, filosofia, sociologia, a luta contra o imperialismo e a questão da pedagogia e da educação foram todos abordados na revista. E muitas resenhas de livros. Isso para não falar da cultura e das artes em geral, como pintura, teatro e cinema (com destaque para nomes como Gianfrancesco Guarnieri, Haroldo Santiago, José de Oliveira Santos, Jean-Claude Bernardet e Maurice Capovilla).

Já a questão agrária, tema de grande interesse para Caio Prado Júnior, apareceu em 29 ensaios (alguns dos quais, escritos por ele). Ainda que outras matérias prevalecessem em termos quantitativos, as discussões sobre a configuração do agro brasileiro tiveram peso significativo nos debates da época. Neles, CPJ denunciou a alta concentração de terra (“reflexo da natureza de nossa economia, tal como resulta da formação do país desde os primórdios da colonização”), a grande exploração rural como “empresa mercantil” (sujeita às contingências conjunturais que a atividade comercial implica), a situação deplorável da massa trabalhadora no campo (em termos tanto materiais como culturais), seus baixos salários e precárias condições laborais e as possíveis soluções propostas pela Sudene e por Celso Furtado<sup>95</sup>. A elevação do nível tecnológico das atividades rurais não seria uma solução, sem que fossem consideradas outras variáveis. “A técnica é um meio, e não um fim em si próprio [...] o progresso tecnológico não significa necessariamente uma melhoria de condições do trabalhador. E, às vezes, até pelo contrário, pode agravá-las.”<sup>96</sup> O desenvolvimento técnico da agricultura em áreas de grande exploração rural tinha como objetivo maior rentabilidade na produção, sem que tivesse qualquer relação necessária com a melhoria das condições de trabalho. Tanto as fazendas que aplicavam procedimentos modernos quanto aquelas que utilizavam os “antigos” mantinham um sistema de remuneração e condições de emprego similares.

A questão agrária seria um dos pontos de divergência entre CPJ e o PCB ao longo dos anos. Adotando como tese uma resolução do VI Congresso do Comintern realizado em Moscou em 1928, o partido assumiu que o Brasil (assim como outros países caracterizados como “coloniais”, “semicoloniais” e “dependentes”) tinha um passado marcado pelo modo de produção feudal. Com base nessa conclusão, a solução seria a revolução democrático-burguesa, o que, segundo Caio Prado Júnior, era um profundo equívoco analítico da história brasileira (o caráter “antifeudal” da etapa da revolução brasileira naquele momento seria reafirmado na *Resolução política* aprovada no V Congresso do PCB em setembro de 1960, que confirmava as linhas gerais da *Declaração de março de 1958*)<sup>97</sup>. Mais tarde, em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, em 1978, ele explicaria:

O Partido partia do princípio de que o Brasil era um país semifeudal, o que me parece absurdo. Não se trata de uma questão acadêmica, mas de um fato concreto muito importante para se traçar uma orientação política. Para o partido, estávamos vivendo num país semifeudal que precisava, portanto, de uma revolução democrático-burguesa para acabar com essa situação. A meu ver tudo isso é fantasia, até mesmo porque há particularidades chocantes para demonstrar esse fato.<sup>98</sup>

Para ele, ficava claro que:

o que caracteriza as relações feudais, e as contrasta com transações mercantis, é que nelas intervêm o estatuto pessoal das partes, peculiar a cada qual delas. E é na base desse estatuto pessoal, ou pelo menos com ponderável interferência dele, que as relações se estabeleceram. Ora isso não ocorre nas relações de trabalho da agropecuária brasileira. Como aliás nas suas relações de produção em geral, que se estruturam em base puramente mercantil. A agropecuária brasileira constitui um empreendimento essencialmente comercial – e temos insistido nesse ponto, que é da máxima importância – em que os indivíduos nela engajados participam em pé de igualdade jurídica, isto é, com estatutos pessoais idênticos.<sup>99</sup>

Assim, CPJ insistia em que, caso se quisesse considerar as origens “históricas” das relações de trabalho da agropecuária do país, seria mais correto falar de restos “escravistas”, “semiescravistas” ou “servis”, e não “feudais” ou “semifeudais”, que, segundo ele, não correspondiam à realidade do país.

Nesse sentido, não custa recordar que o próprio Marx, como aponta Horacio Tarcus, havia desautorizado leituras que faziam de sua obra uma nova filosofia eurocêntrica da história. O autor de *O capital*, portanto, criticou as diferentes tentativas de “converter meu esboço histórico sobre as origens do capitalismo na Europa ocidental em uma teoria filosófico-histórica sobre a trajetória geral a que se acham submetidos fatalmente todos os povos, quaisquer que sejam as circunstâncias históricas em que eles se encontram”<sup>100</sup>. Seu método consistia em estudar a especificidade dos diferentes meios históricos para depois compará-los entre si<sup>101</sup>.

A literatura ganhou um espaço importante na *Revista Brasiliense*, que publicou 105 artigos ou notas sobre o assunto. Euclides da Cunha, por exemplo, foi homenageado em vários ensaios no número 24, de julho-agosto de 1959, além de serem veiculados textos sobre ele em distintas edições da revista. Outros nomes analisados por críticos foram Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Oswald de Andrade, Vinícius de Moraes, Gregório de Matos, Ricardo Ramos, Machado de Assis e Jorge Amado.

Monteiro Lobato, ao lado do criador de *Os sertões*, foi provavelmente o escritor que teve mais destaque nas páginas da *Revista Brasiliense*. O autor de *Urupês*, que sempre lutou contra as ditaduras e o autoritarismo, foi de fato seminal no resgate do folclore nacional. Reverenciado pela ANL na década de 1930, publicou o romancista Lima Barreto (por quem tinha grande admiração e amizade), ajudou a fundar, juntamente com Tarsila do Amaral e Jorge Amado, o Instituto Cultural Brasil-URSS (do qual foi diretor), pronunciou-se várias vezes em favor de Luiz Carlos Prestes e era amigo íntimo de Caio Prado Júnior. Durante a ditadura Vargas, foi preso por defender suas ideias; mesmo assim, não deixou de denunciar “os interesses do imperialismo da Standard Oil e da Royal Dutch” nem o colonialismo cultural. Chegou a ser convidado pelo PCB para compor chapa

eleitoral do partido em meados dos anos 1940 e criou o *Zé Brasil*, um trabalhador sem terra que combatia o latifúndio, personagem de um livreto lançado em 1947 pela Editorial Vitória, com ilustrações de Candido Portinari, que foi apreendido várias vezes pela polícia. Foi certamente um dos maiores literatos do país. Escreveram sobre ele Dario Puccini, Edgard Cavalheiro, Maria de Lourdes Teixeira, João Clímaco Bezerra, Renato J. C. Pacheco, Manoel Cerqueira Leite, Janoart Moutinho Ribeiro e Edson de Carvalho. E ainda constaria na *RB* o informativo “Sessão solene em Moscou dedicada à memória de Monteiro Lobato”.

No início da década de 1960, o autor do *Sítio do Picapau Amarelo* foi exaltado na *Revista Brasileira* como defensor e divulgador da cultura popular. Um artigo em particular, intitulado “O negro na obra de Monteiro Lobato”, de Henrique L. Alves (que também publicaria “Monteiro Lobato: o folclorista”), discutia a posição do escritor no âmbito da questão étnica. Florestan Fernandes, com “A poesia negra em São Paulo”, Luiz Romano, com “Novo poeta das Ilhas de Cabo Verde”, Sérgio Milliet, com “Alguns aspectos da poesia negra”, e o próprio Henrique L. Alves, com “O problema de uma literatura afro-brasileira”, também abordariam os negros nas artes, sem contar os artigos de Clóvis Moura, “Notas sobre o negro no Sertão”, e Luiz Izrael Febrot, “Assimilação, aculturação e quistos raciais e nacionais: problemas reais e dilemas falsos”, estes de corte social e histórico.

É importante também apontar qual seria o “nacionalismo” da *Revista Brasileira*. Elias Chaves Neto fez questão de ressaltar, num de seus artigos, que os comunistas, ao apoiarem políticas nacionalistas, não colocavam de lado seus ideais socialistas. Ou seja, viam naquela vertente a “marcha democrática da nação para o socialismo”<sup>102</sup>. Em outras palavras, “para os comunistas o nacionalismo significa a união de todas as forças nacionais para a libertação da pátria da exploração imperialista e a conseqüente elevação do padrão de vida do nosso povo pela edificação de uma economia nacional independente, no que consiste precisamente o processo de libertação. [...] É a etapa nacionalista na qual não se coloca o problema do comunismo, mas na qual os comunistas veem um passo na marcha do País para o socialismo”<sup>103</sup>.

A coexistência pacífica seria um imperativo da época e pressupunha a *libertação de todos os povos da Terra do jugo imperialista*, o que seria “o traço básico do nacionalismo”, a etapa vivida pela humanidade naquela fase da história. Segundo o autor de *Minha vida e as lutas de meu tempo*, o empenho da classe operária por melhores condições de vida desembocaria no controle das organizações gigantes por um Estado nacional democrático, hegemonizado pelo proletariado. Nisso residiria o chamado “caminho pacífico para o socialismo” (ainda que esse fosse um trajeto feito de árduas batalhas das massas populares pelo controle político do Estado). O combate pela democracia, contra a opressão das classes dominantes e pelo socialismo se fundiriam “num processo revolucionário único”. Ou seja,

não se trataria de uma revolução em duas etapas, uma burguesa seguida de uma socialista, mas “um movimento único de democratização do país que progrediria para o socialismo”<sup>104</sup>. Por isso, insistia em que nada seria mais falso do que a ideia de um “socialismo nacional”. Afinal, “o nacionalismo é sem dúvida um momento na marcha para o socialismo e nela os povos defendem as formas que mais condizem com os seus costumes e as suas concepções de vida”<sup>105</sup>. Por isso, fundamental ter uma atitude “marxista” em relação ao tema:

Não basta constatar a contradição existente entre os interesses da burguesia nacional e o imperialismo. Não é suficiente compreender o papel político que ela pode desempenhar, e tem desempenhado em outros países, na luta anti-imperialista. O que é preciso é acenarem-se-lhe as possibilidades econômicas concretas existentes no desenvolvimento independente da nossa economia e levá-la a participar da luta anti-imperialista, criando o clima político que faça dessas possibilidades reivindicações da massa popular, em luta por melhores condições de vida. É nisto que consiste propriamente uma política nacionalista e a união de todas as forças nacionais realmente interessadas na aplicação prática desta política, que deixará, assim, de ser a simples expressão do anseio popular.<sup>106</sup>

Já para Caio Prado Júnior, o “nacionalismo” seria a “condição essencial” para o desenvolvimento. Afinal, no sistema capitalista mundial (que constituía um sistema de conjunto em que cada país ou grupos de nações mais ou menos homogêneos ocupavam situações “qualitativamente diversas”, que representavam um complexo entrelaçamento de relações que dava a cada um deles uma “feição própria e exclusiva” e uma função econômica específica), o Brasil encontrava-se numa posição periférica, complementar, subordinada e dependente. A superação desse *status* no quadro mundial seria fundamental, o que se conseguiria somente com um câmbio estrutural (e não mudanças “aparentes” e “formais” do sistema), consistindo em organizar nosso quadro econômico a partir de bases “propriamente” nacionais e em função da massa da população, com uma indústria integrada à economia do país<sup>107</sup>.

As lutas de libertação nacional no Terceiro Mundo eram uma inspiração para o “nacionalismo” que a *Revista Brasiliense* defendia. Um trecho de um artigo de Álvaro de Faria mostra bem isso e, de certo modo, exemplifica o caráter da revista:

A luta pela libertação nacional é pois uma luta sobretudo dos trabalhadores. Eles não se incorporam em uma luta que não lhes pertence porque essa luta é também deles como uma etapa da sua luta interminável pelo progresso incessante, pela libertação do homem do medo, da incultura e das necessidades materiais e pela elevação do padrão de dignidade humana.

São eles por isso os principais arquitetos de uma pátria nova, ativa, independente e cheia de autoridade no concerto internacional. Muito embora sendo internacionalistas sabem que a fraternidade das Nações pressupõe a nitidez de configuração de cada uma. Pois é essa configuração que deverá trazer a luta que os nossos trabalhadores sustentam pelos seus direitos.

A luta por um Brasil independente, que é a luta anti-imperialista visando uma política econômica nova, tem seu principal esteio nas reivindicações dos homens do trabalho.<sup>108</sup>

A *Revista Brasiliense* seria editada ininterruptamente durante nove anos e teria, ao todo, 51 números. A última edição, a de número 52, foi apreendida e destruída pela polícia quando ainda estava na Gráfica Urupês, logo após o golpe militar, em 1964. Naquela instância, Caio Prado Júnior não pôde fazer nada. Em 1965, um grupo de intelectuais (entre os quais, Roberto Schwarz e Marco Antônio Tavares Coelho) ainda tentou convencer CPJ a resistir e continuar a editar o periódico, sem êxito. Terminava, assim, com a instauração da ditadura militar no país, aquela importante publicação...